

Jornal FNP

Notícias da Frente Nacional de Prefeitos

Edição nº 82
Setembro 2015
Distribuição gratuita

68ª Reunião Geral e lançamento do IV EMDS serão no dia 8, em Brasília

Francisco Aragão / Divulgação



Com novo formato, data e local, a 68ª Reunião Geral da FNP terá plenária deliberativa de prefeitos. O encontro será em Brasília (DF), na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) - Avenida W5, Quadra 902, Bloco C, no dia 8 de outubro. Na mesma ocasião, a FNP fará o lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). **Pág. 4**

Mais Médicos para o Brasil

Dois anos do Programa que melhorou a saúde básica dos brasileiros. **Pág. 7**

Casa Civil

Em dois encontros, prefeitos da diretoria da FNP apresentam pauta prioritária dos municípios. **Pág. 3**

Carta da FNP à sociedade

Entidade divulga posicionamento sobre a situação política e econômica do país. **Pág. 2**

RESERVE
SUA
AGENDA

 **68ª** Reunião Geral
Frente Nacional de Prefeitos
Brasília - 8 de Outubro de 2015



EDITORIAL

Carta da FNP à Sociedade Brasileira

Divulgada originalmente no dia 10 de setembro de 2015

Nós, prefeitos e prefeitas, estamos vivenciando o agravamento contínuo, desde o início do ano, da situação política e econômica do Brasil. Situação essa potencializada pelos impasses políticos que, caso não sejam superados, comprometem o futuro do nosso país.

Oitenta e três por cento da população brasileira vive, hoje, nas áreas urbanas dos municípios. É nas cidades, portanto, que os efeitos de uma crise política e econômica são sentidos de forma mais aguda, principalmente para as camadas menos favorecidas da população.

Nos últimos anos, o povo brasileiro foi nutrido pela esperança de um futuro melhor. E vê, com perplexidade, essa esperança ser frustrada pela progressiva deterioração do ambiente político e econômico, com o consequente aumento do desemprego e o desajuste das contas públicas.

A redução dos recursos disponíveis ao Poder Público, causada pela queda na arrecadação de impostos, resultado, por sua vez, da diminuição da atividade produtiva, compromete a qualidade dos serviços oferecidos a todos os cidadãos em todas as esferas de governo.

Investimentos são adiados nas mais diversas áreas. Obras em andamento são paralisadas ou têm seu ritmo reduzido. Restringe-se a oferta de atendimento nas áreas da Saúde e da Educação. As famílias brasileiras são sacrificadas com a perda de oportunidades no presente e o comprometimento do seu futuro. Nós, prefeitos, ouvimos diretamente a voz das ruas e somos dela porta-vozes legítimos.

Temos procurado contribuir, por meio de nossas entidades representativas, com uma pauta propositiva de mudanças. Para tanto, nós, da Frente Nacional de Prefeitos, buscamos a interlocução permanente com o Executivo Federal, com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário, perseguindo o aperfeiçoamento contínuo das Políticas Públicas e de seus instrumentos, com o objetivo último de eliminar entraves à realização de nosso dever comum, como prefeitos eleitos, com os nossos cidadãos.

Nesse contexto, é indispensável remover as eventuais dificuldades existentes no encaminhamento das discussões legislativas, além de estabelecermos uma mesa permanente de discussões técnicas com o Executivo Federal.

Acreditamos ser imprescindível e urgente dialogar na direção de uma agenda que vise, na esfera política, à ampliação das conquistas geradas pela Democracia em nosso País; e, na esfera econômica, à implantação de uma estratégia de crescimento que recupere a estabilidade e promova o desenvolvimento sustentável do Brasil em todas as suas dimensões.

Nós, prefeitos e prefeitas, reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma pauta de convergência desvinculada de radicalismos que aprofundam as crises. A situação política do Brasil exige atenção. O povo está demonstrando a sua insatisfação com a realidade do país. Saudamos e respeitamos as manifestações de rua pelo que representam de radicalização da democracia e chamado dos líderes à ação em busca de soluções. Não dedicar a esse momento o necessário cuidado pode implicar o retrocesso nos avanços conquistados com muito esforço pelo povo brasileiro. E nossa principal responsabilidade, acima de todas as conjunturas políticas, é com o Brasil e com os brasileiros.

Diretoria da FNP

Prefeito Empreendedor premia iniciativas do g100

A IX Edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, lançada durante a cerimônia de abertura do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), dia 7 de abril, em Brasília (DF), traz algumas mudanças. A pedido da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o Sebrae irá premiar prefeitos empreendedores dos municípios integrantes do g100, grupo dos cem municípios com mais de 80 mil habitantes e que apresentam baixa receita e alta vulnerabilidade social.

Inovação e Sustentabilidade é outra novidade e passa a fazer parte das categorias do prêmio, além de inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, uma demanda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para o gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, as novidades do Prêmio refletem o compromisso de manter atualizada a iniciativa. “O EMDS nasceu de um desejo da Rede de Prefeitos Empreendedores em promover e ampliar a escala da discussão e estímulo ao desenvolvimento

local pelas administrações municipais. O Prêmio, por sua vez, reconhece e tem os propósitos muito convergentes com os do Encontro, que é disseminar e promover trocas entre os entes federados”, falou.

Para concorrer ao Prêmio é preciso acompanhar os prazos de inscrição, que são diferentes por região. O calendário com as datas está disponível no site www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br ■



AGENDA

Data	Evento	Local	Informações
15 de Setembro	Seminário Concessões e Parcerias – Regional Sul	Curitiba - PR	infraestruturaeppps.com.br
25 a 27 de Setembro	Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015	Nova Iorque - EUA	nacoesunidas.org/pos2015
28 a 30 de Setembro	4º Colóquio Sul-Americano sobre cidades metropolitanas: Economia Urbana: governo e governança, cidadania, educação e cultura	Montevideu - Uruguai	www.saopaulo.sp.gov.br
29 e 30 de Setembro	Fórum ABRELPE - RWM sobre Gestão de Resíduos Sólidos	São Paulo - SP	www.rwmbrasil.com.br
1º de Outubro	Seminário Concessões e Parcerias – Regional Nordeste	Fortaleza - CE	infraestruturaeppps.com.br/ eventosregionais
1º e 2 de Outubro	Encontro Anual do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Institucional e de Capacidades (CIB) da CGLU	Haia - Holanda	www.uclg.org
8 de Outubro	Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) e 68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos	Brasília - DF	www.fnp.org.br
13 a 16 de Outubro	III Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local	Turim - Itália	www.ledforumtorino2015.org
23 e 24 de Outubro	Reunião do Parlamento Global de Prefeitos	Seul - Coreia do Sul	www.globalparliamentofmayors.org
25 a 27 de Outubro	Fórum Econômico Mundial	Abu Dhabi	www.weforum.org
28 de Outubro	Seminário Concessões e Parcerias – Regional Centro-Oeste	Goiânia - GO	infraestruturaeppps.com.br
9 a 11 de Novembro	XX Cúpula da Mercocidades	São Paulo - SP	www.mercociudades.org
17 a 19 de Novembro	Smart City World Congress 2015	Barcelona - Espanha	www.smartcityexpo.com
30 de Novembro a 11 de Dezembro	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP 21	Paris - França	www.cop21paris.org

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Any Amelia Amâncio, Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 8/9/2015.

Aloizio Mercadante sinaliza apoio às demandas municipalistas

Eduardo Alache / Casa Civil



Operações de crédito internacional e pagamentos de precatórios estiveram na pauta da reunião

Com o objetivo de reafirmar a necessidade de fortalecer o diálogo federativo, prefeitos da diretoria da FNP estiveram reunidos, no dia 13 de agosto, com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Na audiência, a comitiva de governantes locais abordou questões importantes da agenda municipalista.

“Trouxemos à consideração do governo federal uma pauta construtiva e propositiva de baixo ou nenhum impacto fiscal para a União, mas que pode trazer benefícios relevantes para os municípios nesse momento de restrições econômicas”, contextualizou o prefeito

de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda.

O ministro Mercadante sinalizou apoio às demandas apresentadas, que envolveram pautas como operações de crédito internacionais, depósitos judiciais, dívida dos municípios com a União e pagamento de precatórios. A Carta da FNP à Sociedade Brasileira também foi assunto levantado pelos prefeitos, que pediram ao ministro que a entregasse, pessoalmente, à presidente da República, Dilma Rousseff, e para o vice-presidente, Michel Temer. Divulgado no dia 10 de agosto, o documento aponta

elementos para a superação das crises política e econômica atuais.

Participaram, ainda, da reunião, o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º vice-presidente, Maguito Vilela; o prefeito de São Bernardo do Campo (SP) e secretário-geral da FNP, Luiz Marinho; o prefeito de Manaus (AM) e 1º secretário, Arthur Virgílio; o sub-chefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noleto e o secretário Executivo da Casa Civil, Marco Antonio de Oliveira ■

Deputados apresentam emenda à MP que altera o Marco das ONGs

A Medida Provisória do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MP 684/2015) pode sofrer alterações no texto. É o que propõem as emendas apresentadas, no dia 6 de agosto, pelos deputados federais, Helder Salomão (ES) e Eduardo Cury (SP), ex-prefeitos e dirigentes da FNP. As emendas pedem a adição de mais um parágrafo ao inciso III do artigo 39 da Lei 13019/2014.

A lei veda a celebração de parcerias do poder público com as Organizações da Sociedade Civil que tenham como dirigentes agentes políticos de poder ou do Ministério Público, de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou seus parentes até o segundo grau.

Com essa redação, as associações de representação federativa, como a FNP, fóruns e associações de secretários e dirigentes estaduais ou municipais formalmente constituídos também são vedadas a celebrar parceria com o poder público.

As emendas sugeridas, que acrescentam mais um parágrafo ao artigo 39, fazem uma exceção ao texto. A nova redação propõe o seguinte: § 4º

A vedação prevista no inciso III do caput não impede celebração de parcerias com associações de representação federativa que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades mencionadas no referido inciso III.

Com o mesmo objetivo e, para manter a coerência na legislação, o artigo 40 da mesma lei também deverá ser revisado. Para isso, os parlamentares propõem acrescentar uma ressalva com o seguinte texto: §2º. As vedações de que tratam o inciso II do caput e o §1º não se aplicam às parcerias com associações de representação federativa. Isso porque o artigo 40 veda a parceria também para contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado e de apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.

Uma comissão deve ser instalada para avaliar todas as emendas apresentadas à Medida Provisória. O relator designado para a comissão irá avaliar as emendas e apresentar um parecer sobre as propostas ■

FNP se reúne na Casa Civil para encaminhar assuntos dos municípios

Com o objetivo de continuar as discussões sobre importantes agendas para o municipalismo, diretores da FNP participaram no dia 1º de setembro, de reunião com o secretário executivo da Casa Civil, Marco Antônio Oliveira e o sub-chefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noleto. Da agenda, saiu o prazo para o posicionamento do Governo Federal sobre operações de crédito internacional. “Nos comprometemos a, em quinze dias no máximo, dar uma indicativo sobre o tema, para que as prefeituras possam finalizar os orçamentos de 2016”, afirmou o secretário-executivo.

O encontro no Palácio do Pla-

nalto reuniu os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade, de Manaus (AM), Arthur Virgílio, 1º Secretário, de Jaboatão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais, de Maceió (AL), Rui Palmeira, vice-presidente de Cultura e Campo Grande (MS), Alcides Bernal, vice-presidente estadual.

A reunião foi consequência do encontro da FNP com o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, no dia 13 de agosto. Na ocasião os prefeitos reiteraram as solicitações de reforçar o diálogo federativo e da necessidade de atenção à pauta propositiva de baixo ou nenhum impacto fiscal para a União, mas que pode tra-

zer benefícios relevantes para os municípios.

Ao relatar a audiência com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, que ocorreu mais cedo, o prefeito Marcio Lacerda falou da proposta de criação da mesa federativa plena para debater o tema do subfinanciamento da saúde. Na ocasião frisou que o assunto foi pauta da reunião da FNP com a presidente Dilma Rousseff. “No dia 8 de abril, conversamos sobre essa iniciativa e a presidente indicou que a coordenação da mesa será feita pelo vice-presidente da República, Michel Temer”, lembrou o presidente da FNP.

Outros assuntos, como a Lei Complementar 151/2015, sobre depósitos judiciais, a retomada

dos trabalhos do Comitê de Articulação Federativa (CAF), o cálculo das dívidas dos municípios com a União, o marco jurídico para as entidades de representação federativa, alternativas

para o pagamento de precatórios e a aprovação do PLP 366/2013, também estiveram na pauta do encontro e continuarão sendo acompanhados pela FNP ■



Secretário-executivo da Casa Civil recebeu prefeitos da FNP

Paulo Nogueiras / FNP

No Congresso

Reoneração do Transporte

O governo federal sancionou, no dia 31 de agosto, a Lei nº 13.161/2015, originária do Projeto de Lei (PL) 863/2015, que revê a desoneração na folha de pagamento concedida a 56 setores da economia e altera as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas. Alguns setores tiveram aumentos diferenciados na tributação, como é o caso de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros, subindo a taxa de 2% para 3%. O tema da reoneração do transporte público é pauta histórica da FNP que, desde 2003, busca junto ao governo federal medidas para baratear a tarifa e qualificar o Sistema de Transporte Coletivo.

Super Simples

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 1º de setembro, o projeto de Lei Complementar que amplia o limite para enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, possibilitando que mais empresas possam recolher tributos na forma do Simples Nacional. Com uma transição prevista pelo PL, somente em 2018 valerá integralmente o novo limite para opção pelo regime.



Câmara / divulgação

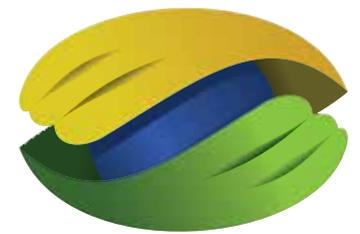
ISS

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 366/2013, que moderniza a legislação do Imposto sobre Serviços (ISS), segue em tramitação na Câmara dos Deputados e deve ser votado com alterações no item 1.09. Conforme o texto que deve ser proposto pelo deputado Walter Ithoshi, o PLP dará segurança aos estados quanto aos impostos tributados como Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, ainda, auxiliará os municípios na cobrança de serviços que ainda não estão enquadrados e são, definitivamente, serviços a serem tributados com o ISS.

68ª Reunião Geral terá plenária deliberativa e lançamento do IV EMDS



Lançamento do IV EMDS
Durante a 68ª RG, a FNP lançará a próxima edição do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O IV EMDS será realizado em abril de 2017, em Brasília (DF) ■



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
BRASÍLIA 2017

O Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), (W5, Quadra 902, Bloco C) em Brasília (DF), foi o local escolhido para receber, no próximo dia 8 de outubro, os prefeitos e prefeitas de todo o país para a 68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

Plenária deliberativa

Muito mais do que um momento para troca de experiências, o novo modelo da Plenária de Prefeitos terá enfoque deliberativo. Dispostos em mesa com formato "U", os prefeitos terão a oportunidade de ajustarem, de forma colegiada, as pautas da FNP. Os assuntos abordados na plenária serão: Pautas Prioritárias; Temas em Discussão; Pauta Institucional e Calendário Municipalista.

68ª Reunião Geral

Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável e 1ª Plenária Deliberativa de Prefeitos

8 de outubro – quinta-feira

8h30 às 10h

Café de Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS)

10h às 16h30

1ª Plenária Deliberativa de Prefeitos*

10h - Abertura e apresentação da Ordem do Dia

10h15 - Ordem do Dia:

1. Pautas Prioritárias (19 pautas entregues no Congresso Nacional no dia 17 de junho)
2. Temas em Discussão (Sugestões de Temas enviadas e selecionadas previamente)
3. Pauta Institucional (definição de anuidades da FNP para 2016)
4. Informes sobre o Calendário Municipalista Nacional e Internacional

16h - Considerações Finais

16h30 - Encerramento

*Será servido brunch no local

Alteração de data e local da Reunião Geral

Anteriormente planejada para acontecer em Belo Horizonte (MG), a 68ª Reunião Geral da FNP agora será em Brasília (DF) no dia 8 de outubro. O encontro terá caráter deliberativo, dedicado à definição de pautas

prioritárias dos prefeitos.

O "Fórum Vida Urbana: reflexões sobre o futuro das cidades", realizado em parceria da entidade com a prefeitura de Belo Horizonte, ocorrerá na capital mineira, nos dias 19 e 20 de novembro.

Audiência pública promove debate sobre judicialização da política

O Projeto de Lei (PL) 8058/2014, que institui o processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário foi o tema da audiência pública realizada na Câmara dos Deputados. O prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, participou no dia 1º de setembro.

Segundo Lacerda, o PL não é o melhor instrumento, por institucionalizar, validar e tornar uma prática comum a intervenção do Judiciário. “Nós estamos tendo hoje uma invasão abusiva de um poder em outro e mais pessoas estão desistindo

de serem prefeitos, porque está se tornando inviável. Além de todos os controles que temos, conhecidos e necessários, temos essa inversão de direitos entre os poderes e isso é, de fato, intolerável”, afirmou Lacerda.

O secretário de Saúde de Santa Catarina (SC), João Paulo Kleinubing, falou da necessidade de se buscar determinados limites com relação à intervenção do Judiciário nas políticas públicas. “Acompanhei ao longo dos últimos 10 anos o aumento da judicialização em todas as áreas. Na saúde, talvez, é onde aconteça com maior visibilidade”, falou.

Como sugestão para a judi-

cialização da saúde, o procurador-geral de Santa Catarina, João dos Passos Martins Neto, levantou a hipótese de se tratar o caso separadamente. “Eu vejo que esse problema da saúde parece tão grandioso, tão destacado em comparação com todas as outras questões, que deixo para a reflexão, tratar esse problema separadamente.”

A audiência contou, ainda, com a participação do subprocurador-Geral do Ministério Público Federal, Odin Brandão Ferreira, do assessor de Assuntos Jurídicos da Defensoria Pública Geral da União, Vladimir Ferreira Correia, e dos deputados



Marcio Lacerda representou a FNP na Câmara

Esperidião Amin, Paulo Teixeira, que é relator do PL, Alfredo Kaefer, e a presença do prefeito

de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º vice-presidente Nacional da FNP, Maguito Vilela ■

g100 é pauta de audiência na Câmara dos Deputados



Pautas do g100 foram apontadas na reunião em Brasília

Pela primeira vez na pauta de uma audiência pública no Congresso Nacional, o g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica) foi tema da reunião promovida pela Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária. O evento ocorreu no dia 20 de agosto, na Câmara dos Deputados, e contou com a participação de prefeitos da FNP, que apontaram como um dos gargalos para o desenvolvimento desses municípios, o desequilíbrio no repasses de tributos. A audiência pública foi requerida pelo deputado Orlando Silva (SP).

O prefeito de Jabotão dos Guararapes (PE), vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes, fez uma explanação conceitual sobre o g100. “Precisamos ter um tratamento muito específico, especial e urgente

para esses municípios”, falou. O prefeito de Jabotão de Guararapes fez, ainda, um apelo para que a reforma tributária seja feita de forma mais rápida e eficiente.

A prefeita de Valparaíso de Goiás (GO), vice-presidente de Vigilância Sanitária da FNP, Lucimar Nascimento, também participou do encontro. Na ocasião, pontuou algumas sugestões acerca da reforma tributária, entre elas, uma nova forma de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “O FPM precisa ser revisto com o ponto de vista da realidade atual do país”, explicou.

Sobre o ICMS, Lucimar destacou que o imposto premia municípios que produzem mais e isso, de certa forma, penaliza municípios populosos com baixo dinamismo econômico. “Não falamos aqui em aumento da carga tributária, mas sim em redistribuição

para diminuir o prazo, de mais de um século para que os municípios do g100 se equiparem aos demais”, concluiu.

Representado o prefeito de Aracatuba (SP) e vice-presidente de Reforma Tributária da FNP, Cido Sérico, o secretário de Desenvolvimento Econômico do município, Carlos Farias, também participou da audiência.

Para que essas mudanças sejam implementadas de forma menos resistente, o grupo que representou a FNP sugeriu uma transição escalonada, para que os municípios possam se adaptar às novas regras provenientes da reforma tributária.

Presente no debate, o deputado Helder Salomão, ex-dirigente da FNP e ex-prefeito de Cariacica (ES), município que faz parte do g100, afirmou que o país vive uma distorção séria que envolve 12 milhões de pessoas. “Nós vivemos, na verdade, sobre uma legislação tributária que não responde mais ao momento que vivemos”, disse.

Salomão destacou a reflexão apresentada pelos membros da entidade na audiência como importante contribuição para a construção de uma nova proposta que faça “justiça aos municípios e ao cidadão brasileiro”.

IPEA e MDS

Após audiência na Câmara, os prefeitos também participaram de uma reunião com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Jessé Souza, e de

outra com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello.

Na reunião com o presidente do Ipea, os prefeitos solicitaram respaldo técnico na construção de propostas que contribuam para o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro. “Poucos pleitos são mais justos do que esse”, afirmou o presidente do Ipea, Jessé Souza.

Segundo o diretor de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Ipea, Marco Aurélio Costa, o instituto possui bastante informação e estudos específicos na agenda de trabalho para pensar na reforma tributária. “É importante saber as prioridades da FNP e marcar uma reunião técnica para tratarmos sobre o assunto”, falou.

No MDS as pautas foram o Fundo de Assistência Social, a busca por fatores diferenciados

para o g100 nas conferências estaduais, municipais e nacionais e a criação de políticas públicas voltadas para programas de aprendizagem.

Segundo a ministra, mais de R\$1,5 bilhão, referentes ao Fundo de Assistência Social, estão parados nas contas dos municípios. “Nós precisamos avaliar quais são as grandes questões para a não utilização desse recurso”, falou.

Além das demandas abordadas durante a reunião, os prefeitos aproveitaram para pedir que a ministra advogasse em favor ao g100 junto aos demais ministérios. “Nós gostaríamos que todos os ministérios pudessem olhar para o g100. Nós temos demandas, mas não temos condições de atendê-las completamente”, falou o prefeito de Cáceres (MT), Francis Maris Cruz, vice-presidente de navegação fluvial ■



Ministra recebeu prefeitos do g100

Vitória da FNP: Dilma sanciona lei que auxilia no equilíbrio das contas municipais

A presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 6 de setembro a lei complementar que colabora com o equilíbrio fiscal dos municípios e estados brasileiros. A partir da ação, a FNP contabiliza mais uma importante vitória: a troca do indexador das dívidas dos municípios com a União, favorecendo cerca de 180 municípios brasileiros, que enfrentam o desafio de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir.

De acordo com a nova lei, a União terá até o dia 31 de janeiro

de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador. “Trabalhamos muito pela justiça na renegociação dessas dívidas. Esse avanço vai permitir que muitos municípios reequilibrem suas finanças. É uma medida que vai ao encontro do desejável equilíbrio fiscal e federativo”, comemorou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda.

A renegociação das dívidas

com a União vem sendo tema de debates e reuniões recorrentes da FNP. No dia 17 de junho, mais de 40 prefeitos trataram da pauta com os presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e do Senado Federal, Renan Calheiros.

Mais de 80 municípios beneficiados têm mais de 100 mil habitantes. Na divisão por estados, a maior concentração de municípios está em Minas Gerais, com 53 cidades (29%), em segundo lugar está o estado de São Paulo, com 51 (28%), seguido de Santa Catarina, com 20 (11%) ■

Prefeitos buscam liberação de operações de crédito internacional

Paulo Nogueiras / FNP



Calheiros acolheu pedido de auxílio dos prefeitos

A FNP está em constante diálogo em busca da liberação das operações de crédito internacional pelos municípios. Para isso, prefeitos de várias partes do país estiveram reunidos, no dia 1º de setembro, com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, em Brasília (DF).

“Essa é uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Está em jogo uma questão fundamental para os municípios, uma questão de sobrevivência, e nós, que fizemos o dever de casa não podemos ser punidos. A população que mora nesses municípios (que pleiteiam financiamento externo), milhões de brasileiros, está deixando de ter, em nossos cálculos, R\$ 1,3 bilhão só no conjunto de seis municípios que estiveram em audiência com presidente do Senado”,

destacou o prefeito de Jaboaão dos Guararapes (PE) e vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes.

Também estiveram presentes os prefeitos de Sorocaba (SP) e vice-presidente da FNP para Mobilidade Urbana, Antonio Carlos Pannunzio; de Maceió (AL) e vice-presidente da FNP para Cultura, Rui Palmeira e de Campo Grande (MS) e vice-presidente estadual da FNP, Alcides Bernal.

Para Palmeira, a reunião foi positiva devido à força política do presidente do Senado. “Temos a grande esperança de conseguir esse apoio para que o governo federal possa inverter a lógica perversa de não permitir que municípios que fizeram tudo direito possam tomar empréstimos e fazer os investimentos que são tão

necessários em nossas cidades”, ressaltou

“Não estamos pedindo recurso para custeio. Nós estamos pedindo liberação para financiamento em infraestrutura. Recursos esses que só irão trazer benefícios ao Brasil”, destacou Pannunzio.

CAF

Os prefeitos de Maceió (AL), Rui Palmeira, de Campo Grande (MS), Alcides Bernal, e de Jaboaão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, também se reuniram com o diretor representante do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) no Brasil, Victor Rico, para uma conversa sobre o andamento das operações de crédito internacional pleiteadas pelos municípios com o banco ■

FNP pede posição sobre utilização dos depósitos judiciais

Estados e municípios estão autorizados a utilizar os depósitos judiciais e administrativos para pagar precatórios, dívida pública fundada, despesas de capital e recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos previdenciários. A nova regra foi estabelecida a partir da sanção da Lei Complementar nº 151/2015 pela presidente Dilma Rousseff, no dia 6 de setembro, e prevê também a troca do indexador das dívidas dos municípios com a União.

Segundo a proposta, 70% dos recursos de processos nos quais municípios ou estados sejam partes poderão ser utilizados. Com a sanção, a FNP tem se articulado agora para garantir que a tarifa cobrada pelo serviço de administração da sistemática de controle e repasse dos depósitos judiciais seja justa e condizente com a

realidade financeira do país e dos municípios.

A preocupação é em razão de uma minuta de contrato que foi elaborada pelo Banco do Brasil e que estabelece na cláusula da remuneração do banco a tarifa de 2,32% ao ano pelo serviço. Em audiência com prefeitos da FNP no dia 13 de agosto, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, falou da possibilidade de que a tarifa cobrada pelo serviço bancário não ultrapassasse 0,96% ao ano.

Por ser considerada demasiadamente elevada e insustentável para as finanças municipais, a taxa que vem sendo estudada pelo Banco do Brasil foi pauta de ofício encaminhado pela FNP ao ministro Mercadante. No texto, a entidade solicita um retorno quanto à questão “que tanto preocupa os prefeitos brasileiros” ■

Seminários regionais vão abordar concessões e PPPs

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o apoio da FNP, promovem, a partir de setembro, os seminários regionais “Concessões e Parcerias – Ampliação das oportunidades de negócios”. As cinco edições, a serem realizadas em cada uma das regiões do país, vão abordar questões como a situação das concessões e das PPPs, infraestrutura, financiamento e garantias.

O primeiro seminário acontece dia 15 de setembro, em Curitiba (PR). Na sequência, o encontro será realizado em Fortaleza (CE), no dia 1º de outubro, e em Goiânia (GO), dia 28 de outubro. Belém (PA) e Vi-

tória (ES) também sediarão o evento, mas ainda sem data confirmada.

Interessados em participar devem solicitar, por e-mail, código para realizar a inscrição gratuita. Mais informações: infraestruturaeppps.com.br

Fórum

Por meio da parceria entre a FNP e a CBIC foi instituído o Fórum Nacional de Secretários Municipais de Licenciamento Urbano. Constituído durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), o fórum tem o objetivo de contribuir no processo de desburocratização dos processos de licenciamento na construção civil, colaborando para o desenvolvimento das cidades ■



Dois anos do programa Mais Médicos para o Brasil



Maguito Vilela representou a FNP no evento

A presidente da República, Dilma Rousseff, e os ministros da Saúde e da Educação, Arthur Chioro e Renato Janine, apresentaram no dia 4 de agosto, em Brasília (DF), o balanço dos dois anos de vigência do programa Mais Médicos para o Brasil. O programa atendeu à reivindicação da FNP com a campanha “Cadê o médico?”.

Dilma destacou o alcance do programa, “Primeiro asseguramos que houvesse médicos em quantidade suficiente para atender a população. E que população era essa? Era apenas a população territorialmente marginalizada, socialmente marginalizada, nos rincões mais longínquos do país? Não era não! Onde faltava médico? Faltava médico em São Paulo, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, e eu posso listar aqui todas as capitais e dizer: faltava médico a alguns quilômetros dos centros das capitais brasileiras. Faltava médico nas maiores cidades desse país. Faltava médico para os quilombolas, nos Distritos Sanitários Indígenas, faltava médico no interior do nosso país”, destacou.

“É um programa nota dez, que atende realmente aqueles que mais necessitam, moram nas periferias das grandes e médias cidades e também no interior dos estados brasileiros. O Mais Médicos veio para contemplar essa camada mais sofrida da nossa sociedade. Portanto, é um programa que já está consolidado como uma política de governo e que agrada 99% da população”, afirmou o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e vice-presidente da

FNP, Maguito Vilela.

Chioro afirmou que houve aumento do número de consultas e redução da necessidade de internações, desde que o programa Mais Médicos foi implementado. “O programa não foi criado só para aumentar o número de médicos, mas para garantir qualidade e humanização do atendimento”, afirmou. “Houve a diminuição de 4% nas internações, até dezembro de 2014, o que resultou na necessidade de deixar de internar 91 mil pacientes que responderam aos cuidados especiais da atenção básica. Já podemos programar mais de 110 mil internações que deixarão de ser feitas, liberando novos leitos para pacientes mais graves”, disse Chioro.

Janine também destacou a importância da humanização do atendimento. “O médico precisa se transformar em um especialista em gente”, afirmou o ministro, citando o cardiologista e ex-ministro da Saúde Adib Jatene. Lembrou, ainda, que as áreas mais desenvolvidas do país estão nas capitais e no litoral e destacou a importância de levar médicos e educação ao interior do Brasil. “Raros são os estados que têm o interior desenvolvido. Raros são os estados afastados do oceano Atlântico que têm desenvolvimento avançado”, disse.

O Governo Federal anunciou no evento a criação de mais 3 mil bolsas de residência médica no país. Segundo o Ministério da Saúde, 75% dessas vagas são para ampliar a formação de médicos especialistas em medicina geral de família e comunidade ■

Pacto Federativo foi o tema do 31º congresso do Conasems

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) promoveu, nos dias 6 a 8 de agosto, seu 31º Congresso. O encontro foi realizado em Brasília (DF), e teve como tema “O Pacto Federativo nas regiões de saúde - Perspectivas da gestão municipal”. Destinadas a gestores municipais, profissionais da área de saúde e estudantes, as atividades do Congresso visaram sintetizar as discussões realizadas em diversos fóruns, arenas e movimentos.

O foco, segundo o então presidente do Conasems, Fernando Monti, foi a identidade das cidades. “É nas cidades que as pessoas vivem e onde as políticas de saúde ganham concretude absoluta, como resposta de estado às necessidades dos cidadãos. É um de-



Nova diretoria do Conasems tomou posse no dia 26 de agosto

saio enorme fazer isso em um país diverso como o nosso”, explicou Monti.

Nova diretoria

Durante o Congresso foi escolhida a nova diretoria da entidade composta por: presidente Mauro Guimarães Junqueira, os vices Afonso Emerich Dutra e Iolete Soares, os diretores administrativos Marcelo

Bosio e Luiz Antônio Benvegnú e o diretor financeiro Wilames Freire Bezerra.

A posse foi realizada no dia 26 de agosto e contou com a presença do Ministro da Saúde Arthur Chioro e da prefeita de Valparaíso de Goiás (GO), Luciamar Nascimento, vice-presidente de Vigilância Sanitária da FNP ■

Subfinanciamento da saúde na pauta do encontro com ministro

Na busca por alternativas para melhorar o financiamento da saúde, prefeitos da diretoria da FNP se reuniram no dia 1º de setembro, com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, em Brasília (DF). O encontro foi fruto de articulação da entidade e representou uma oportunidade para os governantes locais reforçarem a necessidade de novas formas de custear a saúde pública.

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, destacou que a visita, embora não tenha resultado em nenhuma solução em curto prazo, demonstra o interesse do governo federal em dialogar com os municípios. “A proposta do ministro é a criação de uma mesa interfederativa envolvendo as entidades municipalistas, governadores e o governo federal para diagnosticar o sistema de saúde e ver o que é possível fazer. A questão é que qualquer iniciativa hoje passa pela busca de mais recursos, e aí está o nó. O caminho é debater e procurar soluções”, explicou o prefeito.

Durante a reunião, Marcio lembrou ao ministro que a criação de uma mesa federativa plena já foi pleiteada pela FNP em diversas ocasiões e é uma das 19 demandas municipalistas exposta em carta que foi entregue ao



Mesa Federativa poderá encaminhar soluções para o financiamento da saúde

vice-presidente Michel Temer, no dia 17 de junho, e aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, na Reunião do Pacto Federativo, no Congresso Nacional, realizada no mesmo dia.

Segundo avaliação do prefeito de Manaus (AM) e 1º secretário da FNP, Arthur Virgílio, que também participou da audiência, o interesse do governo federal é achar um caminho que seja viável para todos os entes federados. “A proposta da mesa interfederativa visa encontrar uma solução para o financiamento da saúde que atenda municípios, estados e a União, portanto boa para o Brasil”, declarou.

Também participou da reunião o

prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º vice-presidente Nacional da FNP, Maguito Vilela.

Gastos com a saúde

De acordo com dados do anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil, Ano 10, uma publicação da FNP, entre 2002 e 2013, as despesas municipais com saúde aumentaram 138% em termos reais. Essa disparidade na elevação dos gastos fez com que, entre 2012 e 2013, os municípios aumentassem a sua participação no total do gasto público com saúde de 21,2% para 28,9%. No mesmo período, os estados passaram de 20,2% para 25,3% e a União retraiu sua participação de 58,6% para 45,8% ■

Prefeitos pedem investimentos na expansão do Porto de Santos

Os prefeitos de Santos (SP), Paulo Alexandre Barbosa, vice-presidente de Cidades Portuárias da FNP, e de Guarujá (SP), Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas, participaram de audiência pública, convocada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, para discutir o andamento dos projetos e obras de acesso rodoviário ao Porto de Santos. O evento foi realizado em Brasília (DF) no dia 18 de agosto.

O deputado João Paulo Papa presidiu a audiência, na qual participaram também o ministro-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo; o coordenador da Secretaria de Mobilidade do Ministério das Cidades, Rodrigo Moreira e o secretário de Estado de Logística e Transportes do Governo do Estado de São Paulo (SP), Duarte Nogueira.

De acordo com informações do ministro Edinho, a projeção do Governo Federal é de movimentar, em 2030, mais de 174 milhões de toneladas no Porto de Santos. “Para isso estamos investindo em rodovias (R\$ 880 milhões), ferrovias (R\$ 625 milhões), licitações de novos terminais e prorrogando contratos de arrendamento, em inteligência logística e no aumento de capaci-



Vocação turística da região e qualidade de vida na pauta do debate

dade do porto”, disse.

Maria Antonieta falou sobre investimentos que devem ser feitos na cidade e destacou a vocação turística da região. “Estamos com obras aceleradas, já conseguimos desafogar o trânsito de caminhões, que chegam a ser de mais de 15 mil por dia. Mas precisamos de mais investimentos federais, nos modais rodoviários e ferroviários, para que possamos enxergar em longo prazo”, destacou a prefeita.

Já o prefeito de Santos destacou que o maior desafio dos gestores é possibilitar o crescimento

econômico, mas sem perder de vista a preservação da qualidade de vida. “Graças ao convênio firmado com o governo federal, com um orçamento em torno dos R\$ 700 milhões e um processo de licitação que abrimos no valor R\$ 200 milhões. O faturamento no Porto de Santos deve ser compreendido na casa dos segundos. Cada segundo são milhões de reais que o país movimenta, por isso a necessidade de se investir cada vez mais em melhorias e modernização”, destacou Barbosa ■

FNP participa de debates sobre economia urbana, trabalho e desenvolvimento sustentável, em Quito

A prefeitura de São Paulo (SP) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) promoveram, dias 13 e 14 de agosto, o 3º Colóquio Sul-Americano sobre Cidades Metropolitanas (Msur). O evento, realizado em Quito (Equador), abordou o tema “Economia Urbana: Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável” e reuniu instituições, representantes e autoridades envolvidos nas questões metropolitanas do Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Uruguai, Equador, Nicarágua, Paraguai e México.

Na ocasião, a FNP foi representada pelo diretor da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda

e Políticas de Desenvolvimento Econômico (SETERPDE) da prefeitura de Duque de Caxias (RJ), Wellington Menghini Mancini, que apresentou aos participantes detalhes sobre III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizado em abril deste ano em Brasília (DF). Em sua apresentação, o secretário destacou a importância do compartilhamento de boas práticas entre as cidades nacionais e internacionais.

As conclusões dos Colóquios serão apresentadas em diferentes âmbitos de discussão da agenda urbana, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Mercosul, o Foro Consultivo de

Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), a Unasul e a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Habitat III (Quito, 2016), entre outros.

Saiba mais

Os Colóquios Msur são organizados em plenárias nas quais os participantes têm a oportunidade de contribuir com as suas experiências e promover uma leitura compartilhada dos problemas e desafios das cidades metropolitanas sul-americanas e, além disso, produzir consensos sobre formas de enfrentá-los ■

Turim recebe Fórum de Desenvolvimento Econômico Local

Entre os dias 13 e 16 de outubro, ocorre o 3º Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, em Turim (Itália). A expectativa é que os frutos gerados com os debates do encontro sirvam de ferramentas do encontro sirvam de ferramentas de desenvolvimento pós-2015, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O evento é organizado pela Prefeitura Municipal e Metropolitana de Turim, a Rede Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e pela Comissão do Desenvolvimento Econômico Local, composta pelo Fundo Andaluz de Municípios para

a Solidariedade Internacional (FAMSI), o Fórum de Governos Regionais e Associações Globais de Regiões (FOGAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud).

Em outubro de 2013, Foz do Iguaçu (PR) recebeu a segunda edição do Fórum, que reuniu cerca de 3 mil participantes de mais de 60 países. Já a primeira edição foi realizada em 2011, em Sevilha (Espanha). Saiba mais em www.ledforumtorino2015.org ■



Adão de Souza / Divulgação

FMP tem novo presidente

O prefeito de Uberaba (MG), Paulo Piau, vice-presidente estadual de Minas Gerais da FNP, assumiu a presidência da Frente Mineira de Prefeitos (FMP). A solenidade de posse foi realizada dia 6 de agosto, durante o 104º Encontro de Prefeitos das Cidades Polos de Minas Gerais, na prefeitura de Belo Horizonte (MG), e reuniu prefeitos, vereadores e parlamentares. Segundo o prefeito, a missão como presidente da FMP é buscar uma mais interação com o estado e a União.